
A questão do trabalho: análise conceitual de uma variável fundamental na reprodução social

The issue of labor: a conceptual analysis of a fundamental variable in social reproduction

Ione Morita¹

imorita@fmb.unesp.br
ionemorita@ig.com.br

Resumo

Trata-se de analisar a importância do trabalho enquanto uma variável fundamental à reprodução social, processo esse que envolve a produção e consumo de bens e serviços e que, sob relações de produção capitalistas, adquire características especiais nos países que melhor resolveram suas contradições e antagonismos. A compreensão do trabalho como uma condição inerente ao homem sofreu transformações ao longo da história, e hoje, sob uma divisão internacional do trabalho, adquiriu novos contornos quanto a sua exploração, especialização e diversificação. Mas, mostrou-se que características novas e velhas mesclam-se no atual cenário do trabalho, como a exploração e o trabalho escravo e a que valoriza o trabalhador, e que o mundo do trabalho é crucial na manutenção e reprodução social.

Palavras-chave: trabalho, reprodução social, divisão do trabalho, trabalho e saúde; desemprego.

Abstract

This article analyzes labor as a fundamental aspect to the social reproduction, in which process, the production and consumption of goods and services under capitalist relationships acquire special characteristics in the different countries. The understanding of labor as an inherent condition of the mankind suffered some changes during the history evolution. Today, with an international labor division, there are new shapes in the labor's exploitation, specialization and diversity. Although this fact, it was showed that the new and the old are mixed in this scenery, as the exploitation and slave work and the one that increases the value of the worker. It was also analyzed that the labor world is crucial to keep and reproduce the society.

Key words: labor, social reproduction, labor division, labor and health, unemployment.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Assistente Doutora do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP. Professora credenciada no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Pública/FMB/UNESP na linha de pesquisa "Condições de vida e saúde de populações".

Alguns conceitos

Na dimensão apontada neste estudo há dois conceitos-chave fundamentais ao desenvolvimento: reprodução social e trabalho. Enquanto o segundo está intimamente relacionado à reprodução do capital, portanto, à esfera econômica, o primeiro relaciona-se a uma (esfera) muito mais ampla que, por isso mesmo, engloba a outra. Sendo assim, Por reprodução social entende-se, conforme Dowbor, “um processo que envolve tanto a produção como os serviços sociais, e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento como planejamento, segurança e outros” (2003, p. 95). Como se observa, o conceito remete à própria estrutura social, mais especificamente, a como esta se reproduz e se desenvolve, para os quais é imprescindível a existência do trabalho e como este se organiza.

Instância econômica não se isola do tecido social, como disse Gorender (1983), e reprodução social e trabalho formam uma unidade dialética mas nem por isso harmônica. Se o trabalho produz a riqueza e as relações de produção são antagônicas, ao estarem baseadas na propriedade privada dos meios de produção, o resultado poderá ser uma exploração do trabalho e má distribuição dos bens e serviços produzidos, obrigando a sociedade a desenvolver políticas compensatórias e ver o surgimento de movimentos sociais quando se acirram as contradições. Ressalta-se, assim, a importância de se ter em conta como essas esferas, a econômica e a social, são manifestações articuladas das relações entre pessoas, grupos e classes sociais (Ianni, 1980), e como tais, devem ser vistas enquanto fenômenos sociais totais. Para a continuidade da sociedade é preciso que as atividades produtivas estejam organizadas; o que requer uma infra-estrutura montada e em funcionamento; ambas necessitando de pessoas a serem educadas, com boa saúde, disposição e descansados, envolvendo, conforme Dowbor, “saúde, educação, cultura e informação, turismo e esporte e outras atividades que têm em comum o fato de constituírem um investimento no próprio ser humano” (1998a, p. 244).

Para este estudo analisar-se-á a categoria trabalho de uma forma particularizada, não se perdendo de vista as articulações com as demais esferas da vida, dentre as quais, a saúde deve ser destacada.

Leva-se em conta também que, sociedades com melhores condições de trabalho, menor desigualdade de rendimentos e menor variação nas condições de moradia, entre outras variáveis, apresentam menos desigualdades em saúde entre os grupos socioeconômicos (Drachler *et al.*, 2003). Tem-se, então, que os perfis de reprodução social (produção e consumo) das classes sociais, com formas de vida distintas, apresentam diferentes probabilidades de riscos de doença e morte e potencialidades de saúde e vida.

Na visão abrangente da própria Constituição brasileira

adotada em 1988, tem-se, como em Assunção (2003), que a saúde deve ser entendida para além da concepção de ausência de doenças, expandindo o seu conhecimento para os aspectos econômicos, sociais e psicológicos. a idéia ampla de saúde não é desconhecida na história, e vem-se consolidando desde a antiguidade, com avanços e recuos intermitentes. De outro lado, Rosen destaca que “a doença não somente tem uma relação causal com a situação econômica e social dos membros de uma determinada população, como os cuidados médicos oferecidos também refletem a estrutura de uma sociedade, em particular suas estratificações e divisões de classe” (1980, p. 55). Deixa-se claro, então, que qualquer fenômeno ou fato social só pode ser investigado fazendo-se referência ao meio em que ocorrem (Rosen, 1980).

Ora, será fundamental para o próprio desenvolvimento capitalista, a existência de uma força de trabalho, “capital vivo”, minimamente saudável, para acionar as máquinas, “capital morto”, como explicava Marx (1983), através do trabalho. Conseqüentemente, destaca-se a saúde como uma das condições humanas essenciais inter-relacionada ao trabalho, que vem sendo analisada seja sob a ótica das doenças ou dos acidentes do trabalho (Possas, 1981; Cohn *et al.*, 1985; Carmo *et al.*, 1995; Binder, Cordeiro, 1997; Assunção, 2003). Conforme Binder e Cordeiro (1997, p. 410), “acidentes do trabalho são fenômenos socialmente determinados, indicativos da intensa exploração a que é submetida grande parte dos trabalhadores. Constituem importante problema de saúde pública no Brasil, atingindo principalmente adultos jovens e causando elevado número de casos de invalidez permanente e óbitos”. Portanto, nesse aspecto, tem-se a parte visível, os acidentes e doenças, conseqüências do que vem sendo chamado de mundo do trabalho.

Entra-se no século 21, em seus anos iniciais e qual é o retrato? o trabalho mudou? o que é trabalho? Esses são alguns dos questionamentos a serem feitos para a compreensão dessa variável que se disse fundamental à reprodução social.

Mais conceitos: trabalho, o velho cenário

Recuando no tempo, ou no momento atual, e mesmo se pensar em termos de futuro, constata-se a presença do trabalho como uma condição inerente ao homem para as transformações obtidas junto à natureza. Enquanto uma atividade consciente e intencional sobre o meio ambiente, o homem põe em movimento as forças naturais de que é dotado o seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de se aproveitar das matérias, dando-lhes uma forma útil para sua própria vida. Assim, é essa energia física, muscular e mental dispendida pelo homem que constitui o trabalho (Lange, 1967, Engels, 1984). Essa relação com a natureza por meio

do trabalho é que se sobressai, e as mudanças nas formas de trabalho foram os indicadores básicos de mudanças nas relações de produção e das formações sociais. Como disse Gorender, “o trabalho é...o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral” (1983, p. XXV). Destaca-se, por fim, que esse gasto energético não é privativo de ninguém em especial, e, desse ponto de vista, o trabalho é exercido por todos e quaisquer seres humanos, mas os problemas se avolumaram devido às conseqüências remotas do desenvolvimento social.

Em termos conceituais, a noção de trabalho sofre modificações, acompanhando o desenvolvimento social. Os economistas clássicos (William Petty, Adam Smith e David Ricardo) defenderam que trabalho era a fonte de valor; os materialistas ou socialistas, Marx, no caso, desenvolveu o conceito de mais-valia, mostrando que o trabalho não-pago era a fonte de lucro; os utilitaristas criticaram a teoria do valor-trabalho argumentando que o valor de uma mercadoria era dado pela sua utilidade e que o trabalho era apenas um dos fatores da produção. Esta corrente que colocava o trabalho em posição secundária, ganhou forças no começo do século 20, quando se valorizou o trabalho intelectual/mental dos administradores em detrimento do manual/braçal do operariado. No após segunda guerra, ganhou força a teoria que colocava a ciência e a tecnologia como principais forças produtivas e não mais o trabalho (Barber, 1971).

Em relação ao trabalho em si, ao longo da história da civilização mundial, verifica-se que foi objeto de profundas transformações como mostraram Dallari (1996) e Pochmann (2002), entre outros. Durante o primeiro milênio da humanidade, o trabalho tinha um sentido pejorativo: na Grécia antiga, indicava a função a ser exercida por aqueles que necessitavam prover as necessidades básicas da vida, caso dos escravos, que não eram considerados cidadãos, e sim, seres inferiores. O exercício do trabalho colocava-se como constrangimento, sendo um critério de diferenciação social. Com a ascensão da ética cristã, ainda não se valorizou o trabalho quando se associou à condenação divina (“com trabalho penoso tirarás da terra o alimento todos os dias de tua vida”, Gênesis, 3, 17). Mas, também se diz que Deus entregou a terra aos homens para que nela se desenvolvessem (“Prolifícaí e multiplicai-vos, e povoai a terra; submetei-a”, Gênesis, 1, 28), e nesse sentido, o trabalho pode ser visto, de um lado, como uma expressão de liberdade dos homens, e de outro, como uma forma de submissão impossível de se libertar (Dallari, 1996).

O desenvolvimento capitalista fez emergir uma nova ética do trabalho, impulsionada pela ética protestante que valorizou o trabalho como fonte de riqueza e cultura, como mostrou Weber (1967). Aproximadamente, a partir do século 18 se constituiu a “sociedade do trabalho”, e especialmente no século 20, o trabalho encontrou condições mais

favoráveis à sua valorização, tornando-se requisito básico para o exercício da cidadania.

No entanto, sob a divisão do trabalho estabelecida pelas relações de produção capitalistas, o trabalho adquiriu novos contornos seja quanto a sua exploração, quanto a sua especialização e diversificação, intensificando e rearranjando a cooperação, o trabalho em comum entre os homens. Trata-se, aqui, não de uma simples divisão de tarefas, como disse Chauí, “mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica: a existência de diferentes formas da propriedade...” (1980, p. 61). Da propriedade tribal, passando pela comunal ou estatal, a feudal até a capitalista, os homens vão se separando, se distanciando, até que se completa a divisão social do trabalho com a separação do trabalho material e intelectual.

Atender as necessidades básicas do homem sempre fez com que o trabalho de uns permitisse a sobrevivência de outros, mas a história foi mostrando o impacto que algumas grandes revoluções trouxeram. Uma das grandes marcas da primeira revolução industrial, ainda no século 19, foi o aprofundamento da injustiça social em torno do trabalho, sua degradação, exploração de crianças, mulheres e homens, criticado pelos pensadores materialistas (Marx, Engels, 1988), e retratado pela literatura, como no romance *O pequeno Lord* de Charles Dickens, ou no *A cidadela*, de A.J.Cronin. Também viu surgir a luta pela utilização justa e digna do trabalho, que vai afirmá-lo como direito, resultado de reivindicações de trabalhadores revolucionários, ficando mais claro para capital e trabalho a existência mútua de direitos e deveres. Na passagem dos séculos 19 ao 20, o trabalho enquadra-se em termos de limites de jornada, férias, descanso remunerado, exigências de proteção da vida e saúde do trabalhador, salário mínimo, e vários outros direitos (Dallari, 1996). Foi ao final do século 19 que as primeiras formas de proteção social à classe trabalhadora começaram a surgir sob os auspícios do Estado, sendo a Alemanha a pioneira ao estabelecer um seguro social obrigatório. Muito embora cobrisse apenas aqueles que estivessem inseridos formalmente no mercado de trabalho e sua família, iniciou-se o reconhecimento do trabalho como tendo um valor jurídico. O Brasil, inclusive, seguirá os padrões de regulamentação das relações de trabalho dos outros países a partir de 1923 com a aprovação da Lei Eloy Chaves (Santos, 1979).

Por outro lado, a análise de Marx e Engels (1989) sobre trabalho alienado e sua superação, é fundamental para a compreensão das relações capitalistas. Retoma-se com os autores a importância do trabalho como a “alma da produção” e que ao se falar do trabalho, está-se lidando imediatamente com o homem mesmo, pois ele é o detentor da energia a ser gasta. Observa-se, então, a distinção entre trabalho e força de trabalho. Como expressou Gorender, “o trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário” (1983, p. XLI). “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”, dizia Marx

(1983, p. 149), e o seu comprador a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O trabalho é alienado quando o produtor direto, isto é, o trabalhador “...não pode reconhecer-se no produto de seu trabalho, porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições do trabalho” (Chauí, 1980, p. 55). Esta é uma das superações que os homens devem conseguir para que o trabalho adquira aquela condição ideal preconizada por valores éticos e difundida através da ideologia, como “o trabalho dignifica o homem”.

Será que já se superou? será que o “velho” cenário descrito até agora não se encontra revestido nesse limiar de um novo século, e portanto, ao se descobri-lo, não encontraremos o mesmo cenário?

Trabalho: um novo cenário?

De um lado, a história mostrou que já ocorreram transformações e crises provocadas pela emergência da sociedade capitalista, que se globalizou e arrasou a formação feudal, tornando-se hegemônica em praticamente todos os cantos do mundo nesse século 21. Portanto, enquanto fenômeno econômico, a globalização já tinha sido descrita por Marx e Engels (1988) quando previram a mundialização do modo de produção capitalista

De outro, vivencia-se novamente uma globalização oriunda especialmente das transformações tecnológicas no campo da informática e das telecomunicações desde as décadas finais do século 20. Além disso, novos desafios foram colocados em todos os campos: na política, economia, ciência e tecnologia, na intensa urbanização, na esfera cultural, interessando, no caso, as transformações do trabalho.

Antunes (2000) mostrou os múltiplos processos que vem ocorrendo no capitalismo contemporâneo: enquanto diminuíam a classe operária industrial tradicional nos países de primeiro mundo, expandia-se o trabalho assalariado na área de serviços; acontecendo também a feminilização da força de trabalho em geral, resultado da heterogeneização do trabalho, entre vários aspectos. Ao mesmo tempo, destacou a “subproletarização” intensa provocada pelas formas de trabalho parcial, temporário, terceirizado, subcontratado, que, no caso dos países desenvolvidos, se revela nos trabalhadores imigrantes que para lá se deslocaram. Acrescenta-se por fim, a exclusão dos mais jovens e dos mais velhos no mercado de trabalho. Sem dúvida, os mesmos processos vêm ocorrendo nos outros países industrializados em desenvolvimento, com outra intensidade e escala, aumentando o elenco de problemas já existentes.

Dowbor (1998a), Antunes (2000), Gomes (2001),

Pochmann (2002) vão apontar a questão do desemprego, seja mundial, seja local, como um dos eixos fundamentais à transformação estrutural do trabalho, ligado ao crescimento econômico e não pela falta dele. Portanto, conforme Pochmann, “a capacidade de gerar maior ou menor quantidade de postos de trabalho não depende exclusivamente do grau de expansão de cada país, mas do padrão de desenvolvimento econômico”. Quanto à qualidade destes postos de trabalho, o autor ressalta que está relacionado “ao desenvolvimento tecnológico, à organização e às condições impostas pela regulação do mercado” (Pochmann, 2002, p. 13).

Nesta situação, volta à tona o conceito de divisão do trabalho, mas agora, internacional, que expressará a “assimetria geográfica no uso e rendimento da mão-de-obra” (Pochmann, 2002, p. 13). Uma das conseqüências é a intensificação da relação trabalho e precarização das condições de vida, cujo exemplo pode ser encontrado na referência de Antunes: “é ficção que a Nike se utiliza de quase 100 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, recebendo salários degradantes?” (2000, p. 159). Em condições de vida precárias, como se reproduzir dignamente? A conseqüência é a reprodução social da pobreza. Dowbor (1998b, p. 14) oferece o seguinte exemplo dessa divisão internacional do trabalho através da grande empresa que passa a trabalhar com espaço múltiplo. Contrata-se pesquisa com os engenheiros bem formados na Rússia e que são baratos; digitação e programação vão para a Índia; a produção é subcontratada na Indonésia ou Tailândia onde se paga 15 centavos de dólar por hora, e ficará nos Estados Unidos os serviços gerais de organização do sistema, coordenação de serviços de *marketing*, etc. Procura-se as vantagens de cada país e os produtos dessa grande empresa chegam com preços imbatíveis aos países em desenvolvimento, desestruturando-os. A situação de exploração, porque é disso que se trata, é uma velha conhecida do modo de produção capitalista...

Em relação ao binômio trabalho e desemprego, pode-se observar que a “ética” do trabalho construída pelo capitalismo, fez com que a integração social ocorresse mediante a realização do trabalho, mas não qualquer trabalho. Portanto, percebe-se claramente os problemas para quem não tem acesso ao trabalho. Conforme Marques, “...não é qualquer trabalho que tem a capacidade de integrar o indivíduo na sociedade capitalista. Do ponto de vista do capital, o reconhecimento é concedido apenas às atividades que geram ou viabilizam a mais-valia. Do ponto de vista da sociedade, também são reconhecidos os trabalhos vinculados ao aparelho do Estado, muito embora não sejam produtivos² pela ótica do capital. Por sua vez, não recebem nenhum tipo de reconhecimento as atividades externas ao trabalho remunerado – as que os trabalhadores desenvolvem em seu tem-

² Trabalho produtivo aquele que cria bens materiais, improdutivo, aqueles trabalhos que se consomem no ato imediato de sua execução (os serviços).

po livre, tais como os cuidados com a casa. A simples produção de valores não tem valor social na sociedade capitalista” (Marques, 1998, p. 78). Considerando os atuais números absolutos de desempregados, 180 milhões de pessoas, e subempregados, aqueles que recebem menos de um dólar ao dia, 550 milhões, segundo a Organização Internacional do Trabalho (Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2003), tem-se um grande obstáculo à integração social. Segundo dados divulgados pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, em 2000, o Brasil contava com 11,454 milhão de desempregados... Que cidadania é esta?

Tavares, além de confirmar as mudanças sofridas pelo trabalho, indica a necessidade de estudos sobre o setor informal que veio crescendo no Brasil: “as transformações no mundo do trabalho, que se expressam na redução de emprego, sobretudo industrial, e nos processos de terceirização...impõem alterações importantes na composição da informalidade, indicando uma urgente necessidade de investigação” (2004, p. 16). A autora ressalta a necessidade de se olhar o trabalho formal e informal como partes da mesma organização produtiva, podendo coexistir na mesma unidade ou não, sendo cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista. Tavares deixou claro que este segmento da informalidade apresenta formas de trabalho que não são novas: trabalho domiciliar, cooperativa, pequenos negócios, todas práticas há muito tempo conhecidas. O que é novo é a forma como se utilizam desses trabalhos, tornando-os, cada vez mais, núcleos da produção capitalista. Nesta situação, a autora mostrou que cooperativa, trabalho domiciliar e pequena empresa tem expressões que “... negam completamente certas características de organização livre que lhes são atribuídas, indicando, ao contrário, uma explícita subordinação à produção capitalista” (Tavares, 2004, p. 195).

Ao se identificar a atual globalização como a integração das diferentes frações do capital (industrial, comercial, financeira, agrária), percebe-se que o mesmo não ocorreu para o trabalho, pois Conforme Pochmann, “permanece sendo uma questão de dimensão nacional, seja pelas inúmeras restrições à livre circulação de mão-de-obra, especialmente entre países pobres e ricos, seja pela referência à concentração dos empregos de qualidade nos países desenvolvidos e a maior manifestação do desemprego aberto e dos postos de trabalho precários nas nações não-desenvolvidas” (Pochmann, 2002, p. 17). Assim, pode-se olhar todo esse processo de “mundialização” como resultado de uma ação do capital ante qualquer possibilidade de queda da lucratividade (Marques, 1998). De uma outra forma, pode-se dizer que a subordinação do trabalho ao capital continua, embora em graus diferentes conforme o estágio de desenvolvimento das nações.

A centralidade da categoria trabalho

A partir do quadro de referência apresentado, percebe-se que o cenário do trabalho é um mosaico composto pelo novo e pelo velho, onde a exploração do trabalho subsiste, seja em países desenvolvidos, por exemplo nos casos relacionados ao binômio trabalho-etnia, seja nos em desenvolvimento. Veja-se o caso do Brasil, no qual, processos manufatureiros e automatizados convivem, algumas vezes, dentro de uma mesma unidade de produção; trabalho escravo fazendo parte da cadeia produtiva de grandes empresas, ao lado das novas propostas que valorizam o trabalhador, considerando-o responsável e tendo condições de planejar seu próprio projeto de atividades e metas (Sato, 2002).

De outro lado, as grandes empresas, no processo de sempre encontrarem novas fontes de lucro, poder e diminuir os custos do trabalho, continuam a explorar o trabalho, utilizando-se de “velhas” estratégias: diminuição do custo salarial direto; uso do progresso técnico e intensificação do trabalho para aumento da produtividade, contornando legislações trabalhistas e de saúde... (Thébaud-Monty, 2000). Em relação às inovações tecnológicas, ressalta-se que elas podem economizar trabalho, mas nunca eliminá-lo, e conforme Tavares, “a ciência não é uma força produtiva direta, nem cria valor de uso, coisa que só o trabalho vivo é capaz” (Tavares, 2004, p. 207). A máquina “inteligente” depende do trabalho intelectual do trabalhador que a opera...

Os aspectos abordados até agora deixam claro que as interpenetrações ou inter-relações entre trabalho vivo/trabalho morto; atividades fabris/serviços, atividades de concepção e laborativas (Antunes, 2000), mostram a centralidade e a necessidade de se ter uma concepção ampliada de trabalho. Como Blass ressaltou, “o conceito de trabalho deve ser redefinido diante da diversidade e da pluralidade de práticas emergentes de trabalho nas sociedades contemporâneas”, que envolvem “mulheres, idosos, menores, desenrolam-se no âmbito da chamada ‘economia informal’ e do mundo do ‘não-trabalho’” (Blass, 1998, p. 150). Deixa-se claro que trabalho é uma atividade social, não estando separado da vida, portanto, não há distinção entre atividades de trabalho e não trabalho (Blass, 1998), que é a distinção formulada do ponto de vista do capital.

Neste mosaico, se há, de um lado, a qualificação do trabalho em vários setores, em outros, desqualificou-se ou se precarizou, criando uma massa de trabalhadores que tentam se incluir no mercado através das formas temporárias ou parciais, ou que experimentam o desemprego estrutural, como se viu (Antunes, 2000). No entanto, como disse Marques, “a sociedade atual continua a ser, essencialmente, produtora de mercadorias, e de a força de trabalho ser a fonte de valorização do capital” (Marques, 1998, p. 76), ou seja, sem trabalho não há capital, não se gera a riqueza.

Como parte deste conjunto, na área de saúde e traba-

lho continua-se culpando o trabalhador pelas doenças e acidentes do trabalho, mesmo que a matriz discursiva possa estar metamorfoseada (Sato, 2002), portanto, o “velho” cenário continua presente. Concorde-se que há necessidade de se conhecer o trabalho “por dentro”, de se “reconstituir a sua lógica em seu próprio curso de ação”, superando-se visões de senso comum e hegemônicas (Assunção, 2003, p. 1016).

Conforme Sorj, “o mundo do trabalho é apenas uma das dimensões de um amplo espectro de transformações radicais que afeta nossas vidas...” (Sorj, 2000, p. 25), no entanto, percebe-se que continua sendo a principal referência que determina direitos e deveres, “diretamente inscritos nas relações de trabalho”, além de “padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida” (idem). Assim, através do trabalho ocorre a inserção no mundo, tornando-se impossível pensar o “fim do trabalho” como mencionam algumas correntes teóricas. Ressalta-se, portanto, que o trabalho é um dos determinantes fundamentais das condições de vida, e o sustento da maioria das pessoas depende, ainda, da venda da sua força de trabalho e de suas habilidades. Sorj (2000) destacou, inclusive, que o trabalho invadiu as diferentes esferas da vida, tornando difícil separar as fronteiras entre o âmbito do trabalho e o não-trabalho (por exemplo, a figura das mães-crecheiras em nosso meio, ou seja, como fica em casa para cuidar de filhos porque não tem com quem deixar, passa a cuidar de outras, mediante treinamento prévio e pagamento, ou, o caso das costureiras que se agrupam em cooperativas, mas trabalham em suas próprias casas costurando peças específicas para alguma indústria de confecção, etc.). Nesta situação, é interessante destacar a revisão que se faz necessária de um senso comum que atribui ao trabalho doméstico a característica de ser um dote natural das mulheres, e da noção de que o mundo da produção e o do trabalho doméstico teriam diferentes princípios que os regem. Configura-se, assim, mais um binômio, trabalho e gênero, que deve ser levado em conta.

A centralidade do trabalho se configura ainda mais quando se considera o processo de exclusão vivido pelos homens em relação ao mercado de trabalho urbano. Ao não se relacionarem mais com o trabalho como trabalhadores formais, não se relacionam com o dinheiro enquanto remuneração pela venda da força de trabalho, exceto aquele vindo de trabalho eventual (“trocados”, “bicos”) quase sob a forma de esmola (Nasser, 1998). Portanto, compromete-se a reprodução social enquanto consumo dos bens e serviços produzidos na sociedade. Em trabalho com albergados, Nasser (1998) mostrou que as representações sociais dessas pessoas, colocavam o trabalho como a única possibilidade de saída da exclusão em que viviam.

A partir do exposto, e reconhecendo que não se esgotou o tema, dado sua amplitude, reafirma-se a importância do

trabalho, o qual deve ser investigado face às alterações que ocorrem num quadro mais amplo de mudanças sociais, seja na família, na cultura, na política e na economia. O mundo do trabalho se tornou global e o movimento dos trabalhadores que o acompanha apresenta-se com características desiguais e diversas. Globalizou-se, também, a questão social, e os problemas sociais continuam a se manifestar em todos os lugares, com diferentes ênfases: racial em alguns lugares, religiosos em outros, de extrema pobreza..., etc. Muitos aspectos da questão social se tornam evidentes a partir do desemprego, tornando o mundo do trabalho crucial para a manutenção de qualquer política e político. Esta é a imagem que fica: importância do trabalho, seus desdobramentos em relação aos avanços científicos e tecnológicos, e a configuração das diferentes sociedades por causa do trabalho.

Referências

- ANTUNES, R. 2000. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo; Campinas, Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- ASSUNÇÃO, A.A. 2003. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4):1005-1018.
- BARBER, W.J. 1971. *Uma história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BINDER, M.C. e CORDEIRO, R.C. 2003. Sub-registro de acidentes de trabalho em localidade do Estado de São Paulo, 1997. *Revista de Saúde Pública*, 37(4):409-416.
- BLASS, L.M.S. 1998b. Trabalho e suas metamorfoses. In: L. DOWBOR; O. IANNI e P.E.A. RESENDE (orgs.), *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, p.147-153.
- CARMO, J.C.; ALMEIDA, I.M.; BINDER, M.C.P. e SETTIMI, M.M. 1995. Acidentes do trabalho. In: R. MENDES, *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro, Ateneu, p. 431-55.
- CHAUÍ, M. 1980. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense.
- COHN, A.; KARSH, U.S.; HIRANO, S. e SAITO, A.K. *Acidentes do trabalho: uma forma de violência*. São Paulo, Brasiliense.
- DALLARI, D.A. 1996. O trabalho integra a condição humana. *O Estado de São Paulo*, 10 de março.
- DOWBOR, L. 1998a. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.
- DOWBOR, L. 1998b. Globalização e tendências institucionais. In: L. DOWBOR; O. IANNI e P.E.A. RESENDE (orgs.), *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, p. 9-16.
- DOWBOR, L. 2003. *A reprodução social*. Petrópolis, Vozes.
- DRACHLER, M.L. et al. 2003. Proposta de metodologia para selecionar indicadores de desigualdade em saúde visando definir prioridades de políticas públicas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(2):461-470.
- ENGELS, F. 1984. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo, Global.
- GOMES, A. 2001. Trabalho, desemprego e sofrimento mental: impactos do neoliberalismo. In: A. GOMES (org.), *O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho*. São Paulo; Bahia, A. Garibaldi; Sindicato dos bancários da Bahia, p. 109-152.
- GORENDER, J. 1983. Apresentação. In: K. MARX, *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, p. VII-LXXII.

- IANNI, O. 1980. A produção da sociedade capitalista. In: O. IANNI (org.), *Karl Marx: sociologia*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
- LANGE, O. 1967. *Moderna economia política. Princípios gerais*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- MARQUES, R.M. 1998. Considerações sobre o tema do desemprego na economia "globalizada". *Cadernos Puc Economia*, 7:67-82.
- MARX, K. e ENGELS, F. 1989. Consciência revolucionária da história. In: F. FERNANDES (org.), *K. Marx, F. Engels: história*. São Paulo, Ática, p. 146-181.
- MARX, K. e ENGELS, F. 1988. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis, Vozes.
- MARX, K. 1983. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural.
- NASSER, A.C.A. 1998. "Sair para o mundo" – trabalho, família e lazer na representação de excluídos. *Cadernos CERU, série 2*, 9:101-108.
- POCHMANN, M. 2002. *E-trabalho*. São Paulo, Publisher Brasil.
- POSSAS, C.A. 1981. *Saúde e trabalho: a crise da previdência social*. Rio de Janeiro, Graal.
- ROSEN, G. 1980. *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. São Paulo, Graal.
- SANTOS, W.G. 1979. *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- SATO, L. 2002. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: M.G. JACQUES e W. CODO (orgs.), *Saúde Mental & Trabalho: leituras*. Petrópolis, Vozes, p. 31-49.
- SORJ, B. 2000. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(43):25-34.
- TAVARES, M.A. 2004. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo, Cortez.
- THÉBAUD-MONTY, A. 2000. Trabalho e saúde na nova ordem econômica mundial. In: L. SCAVONE e L.E. BATISTA (orgs.), *Pesquisa de gênero: entre o público e o privado*. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Laboratório Editorial, p. 169-179.
- WEBER, M. 1967. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira editora.

Recebido em 12/2004
Aceito em 04/2005